

REFLEXÕES SOBRE A MATERNIDADE CONTEMPORÂNEA

Clarissa Santos Fontoura¹
Lúcia Vaz de Campos Moreira²

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios da maternidade na contemporaneidade, com base em revisão de literatura. Na atualidade, um grande contingente de mulheres está inserido no mercado de trabalho sem com isso abdicar de outros projetos pessoais, como a formação de famílias, planejamento e concepção de filhos e cuidados com afazeres domésticos, sendo evidente a quantidade de papéis e responsabilidades atribuídas às mesmas.

Recente estudo realizado por Rabinovich, Moreira e Franco (2012) com 170 universitários baianos focalizando relações, papéis e comportamentos dos membros das famílias baianas apresentou como um dos resultados a centralidade do papel da mãe nas famílias dos participantes. Para eles, a mãe é a responsável pela manutenção da união familiar e do ambiente agradável, é aquela que dá suporte emocional, realiza afazeres domésticos, resolve conflitos. É considerada também como a pessoa responsável pela transmissão das tradições familiares, além de ser figura essencial nos cuidados e na transmissão de afeto.

Tal pesquisa replicou estudo realizado por Georgas, Berry, Vijver, Kagitçibasi e Poortinga (2006, *apud* RABINOVICH, MOREIRA, FRANCO, 2012), psicólogos norte-americanos que investigaram famílias em 30 países, incluindo o Brasil, abordando a temática da família, a partir de duas questões básicas: a existência (ou não) de semelhanças e diferenças entre as famílias localizadas em várias partes do mundo e se estaria havendo um padrão de vida familiar que pudesse ser incorporado como padrão único universal. Esse estudo apontou a mãe como figura mais lembrada e de maior importância em todos os países pesquisados, reafirmando a sua centralidade nas famílias da sociedade de um modo geral. Sugere mudanças nos valores relativos às relações hierárquicas nas famílias e apresenta relações mais igualitárias como ideais, considerando tais mudanças de valores como os mais importantes indicativos de transformações nas famílias, conforme estudo apresentado por Rabinovich, Moreira e Franco (2012), a exemplo da rejeição do modelo autoritário historicamente atribuído ao pai, mantendo os demais familiares submissos às decisões do mesmo.

As informações apresentadas acerca da centralidade da figura materna nas famílias indicam a importância da maternidade na sociedade contemporânea. Ao pai, cabe, ainda, a responsabilidade de provedor que, no entanto, é cada vez mais ofuscada, diante da participação ativa da mulher na divisão de tarefas e despesas com o marido em proporções de igualdade, refletindo uma perda gradativa do poder do pai, porém sem a ocorrência da diminuição das funções atribuídas à mulher.

¹ Psicóloga (Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública), especialista em Psicopatologia Clínica (Universidade Castelo Branco-RJ), mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), bolsista Fapesb. Membro dos grupos de pesquisa Família em Mudança e Família em Desenvolvimento. Autora.

² Doutora em Psicologia (USP) coordenadora, professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal) e do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Co-autora.

Recente estudo realizado por Moreira e Nardi (2009) com a participação de 14 mulheres de diferentes classes sociais da cidade do Rio Grande do Sul (PA), apresenta algumas normatizações estabelecidas socialmente e assimiladas pelas mães estudadas como sendo fatores determinantes de conduta das mesmas. São elas: a regulação do número de filhos (que diz respeito à quantidade “socialmente esperada” de filhos que uma mulher “pode” ter), normas relativas ao tempo certo para o acontecimento da gestação (considerando a adolescência como cedo demais e após os 40 anos como tardia, ideia pertinente às mulheres aqui estudadas) e normas que dizem respeito às condições adequadas, tais como questões financeiras e ambientais. Nesse estudo, mães que por ventura não tivessem condições financeiras adequadas antes do nascimento dos seus filhos, as buscaram, após a chegada dos mesmos, considerando a autonomia financeira como outra forma de normatização.

Pesquisa qualitativa realizada por Almeida (2012) buscou por meio de entrevistas e grupos focais a compreensão do significado de maternidade, dos cuidados infantis e do trabalho para 28 mães de diferentes classes sociais, com idades entre 21 e 40 anos, sendo quatro dessas mulheres de classe média e inseridas no mercado de trabalho e outras vinte e quatro restantes de classe social mais baixa, residentes na cidade do Rio de Janeiro. A autora identificou que as concepções das mães das diferentes classes acerca da maternidade e dos cuidados com as crianças são compartilhadas independente da classe social a que estão inseridas. As mães estudadas associam a maternidade a cuidados com seus filhos e se consideram as pessoas mais responsáveis por eles, apresentando uma conotação de emotividade em suas respostas.

Apesar das concepções sobre maternidade se assemelharem em diferentes classes sociais, em se tratando da vida profissional, as mães de classe média entrevistadas vincularam tal atividade à realização pessoal, garantindo, assim, boas creches e/ou funcionárias para lidar com os cuidados dos seus filhos. Já no discurso das mães de classe social mais baixa, o trabalho está fortemente vinculado à complementação de renda, ou até mesmo como garantia da principal renda familiar, sendo aqui percebida uma diferença entre as concepções nesse quesito. Ainda que muitas mulheres de classe média, com os seus proventos garantam também o sustento das suas famílias assim como as mulheres de classe social inferior, a sua relação com a esfera profissional, conferindo a ela o aspecto da satisfação pessoal, pode indicar uma diferença relacionada ao grau de instrução das mesmas.

Fontoura (2014), em estudo qualitativo realizado na cidade de Salvador (Ba), intitulado: “Família, cuidado e educação de filhos: Concepções e práticas de mães inseridas e não inseridas no mercado de trabalho- Estudo de casos múltiplos”, entrevistou 10 mães, sendo cinco delas inseridas no mercado de trabalho e as demais não inseridas e objetivou o aprofundamento de questões relacionadas à maternidade, tais como: o significado de família para essas mães, as concepções de cuidado e educação de filhos, o significado de maternidade, aspectos da vida profissional, dentre outros.

Nesse estudo, foram encontrados dados semelhantes aos apresentados por Almeida (2012) no quesito concepções sobre maternidade. Das 10 mães entrevistadas, seis classificaram a maternidade como “sentido de vida” para elas, evidenciando a centralidade dos filhos na vida das mesmas.

Tal pesquisa também reforça dados encontrados em Moreira e Nardi (2009) em se tratando das normas relativas à idade ideal para a gestação, visto que em Fontoura (2014) todas as mães estudadas possuíam idades entre 32 a 39 anos.

Sobre a possibilidade de recorrer a creches/escolas e/ou funcionárias para a divisão dos cuidados com seus filhos, Almeida e Moreira (2011) apontam para a importância da presença dos colaboradores, formando uma rede de apoio tanto nos cuidados quanto na educação de filhos. Conferem a essa colaboração como fator determinante para a inserção da mulher no mercado de trabalho, no sentido da tranquilidade gerada ao saber que seus filhos estarão bem cuidados, por pessoas de confiança. Tais cuidadores são as avós, professoras e babás, apontadas como as principais colaboradoras no referido estudo, realizado com responsáveis por crianças matriculadas em uma instituição de educação infantil que atende população de classe média alta de Salvador (BA).

A inserção do quesito “colaboradores” no item que aborda os desafios da maternidade contemporânea tem relevância, pois um fator determinante para a maior segurança e desenvolvimento profissional das mães, é a certeza de que seus filhos estarão protegidos e bem cuidados, enquanto as mesmas podem desempenhar suas atividades profissionais. Diante da possibilidade de os filhos serem matriculados cada vez mais cedo em instituições de educação infantil, as mães podem compartilhar com tais instituições o cuidado e a educação de suas crianças e ficarem com tempo disponível para a atuação profissional.

Em estudo desenvolvido por Fleck e Wagner (2003), em Porto Alegre (RS), foram selecionadas, intencionalmente, três famílias considerando o critério de superioridade da renda feminina se comparada à renda masculina, com nível socioeconômico e cultural mediano. Tal estudo revelou que, apesar de todas as conquistas obtidas ao longo do tempo, ainda são atribuídas às mulheres funções de responsabilidade com a esfera doméstica muito mais do que os homens envolvidos, ainda que tais mulheres sejam as principais provedoras financeiras desses lares.

Sobre a temática da maternidade contemporânea, Moreira e Nardi (2009) questionam o modelo socialmente imposto e sugerem a realização de novos estudos que aprofundem a realidade da mãe, avaliando o contexto no qual tais mulheres estão inseridas (observando se há diferenças na atuação das mesmas em cidades da capital e do interior bem como em diferentes estados brasileiros). Rabinovich, Moreira e Franco (2012) também sugerem que seja feita a observação da rede de apoio e cuidados e da cultura do local. Revela-se importante que se considere a experiência da maternidade como algo que perpassa inclusive o aspecto subjetivo de cada mulher e que, portanto, pode assumir distintas características para diferentes pessoas.

Diante do exposto, fica explícito um dos principais desafios da maternidade contemporânea: como conciliar a questão do tempo com as diversas funções imputadas às mulheres. Percebe-se que, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos, as atribuições conferidas às mulheres ainda permanecem presentes e pouco compartilhadas com os homens, respondendo a um modelo patriarcal e conferindo uma sobrecarga às mesmas. No entanto, há que ser considerado o crescente envolvimento do pai com seus filhos principalmente no que se refere a atividades como brincar, passear e manifestar afeto (PALKOVITZ, 1997). Por outro lado, tal estudo revela que alguns pais permanecem distantes fisicamente em decorrência de fatores como separação conjugal, dificuldades financeiras, conflitos judiciais, dentre outros.

Oliveira (2005), em participação na XXXVIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, discorre sobre o que chama de reengenharia do tempo. Apresenta algumas possíveis soluções para a questão das atribuições femininas em seu estudo. Para ela, a reengenharia é um desafio à reinvenção, incorporando medidas úteis para empresas, políticas públicas e, assim, aproximando-se da vida das pessoas de uma maneira geral. Ela escreve:

Porque os sintomas da crise se acumulam, na volatilidade dos núcleos familiares, no descaminho de crianças e jovens, no desencontro dos que se acreditavam unidos por laços amorosos, na assustadora solidão dos indivíduos, entregues a si mesmos e tão livres quanto pássaros sem ninho. E mais que tudo, no sentimento de falta de sentido que, em seu estágio último, equivale a não mais perguntar sobre o que fazemos, por que fazemos ou sobre o modo como vivemos. Na medida em que a vida produtiva ganha terreno sobre o tempo da vida afetiva é o cotidiano das pessoas que vai moldando uma sociedade em que encolhem os vínculos fundamentais (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

São necessários mais estudos objetivando a compreensão das mudanças ocorridas nas famílias da atualidade. Principalmente a realidade feminina, que é ainda mais complexa: a mulher requer elasticidade para cumprir todas as suas atribuições enquanto mãe, profissional, dona-de-casa e esposa. Ela foi inserida no espaço público social em termos profissionais e vem garantindo avanços nesse sentido, porém, essa mesma mulher continua sendo a pessoa que circula no espaço privado com as mesmas atribuições domésticas do passado (FONTOURA, 2014; OLIVEIRA, 2005; ROCHA-COUTINHO, 2003).

A maternidade é um dos acontecimentos de maior proeminência na vida de uma mulher. Na atualidade, as mulheres permanecem com o desejo de se casarem, ter filhos, constituir família, mas, associados a estes desejos, também estão os anseios de inserção e atuação na vida profissional. Estudo apresentado por Arriagada (2009) aponta para o crescente aumento do contingente de mulheres no mercado de trabalho, mulheres que já há algum tempo representam estatisticamente a grande maioria de pessoas a estudar em cursos universitários e que chefiam lares, de acordo com dados apresentados pela autora. Tais dados correspondem também à realidade da mulher brasileira. De acordo com dados do IBGE (2012), houve um significativo avanço da participação feminina no mercado de trabalho, bem como em cursos de nível superior, no período de 2000 até 2010.

Esse é um caminho sem volta, porém conciliar essas duas esferas é ainda considerado por muitas mulheres um fator estressor e causador de sentimentos ambivalentes, ora de alegria e satisfação pessoal, ora de preocupação, associados a sentimentos de culpa e ansiedade, como já visto em Rocha-Coutinho (2003).

Perlin e Diniz (2005), em pesquisa quantitativa realizada com 222 homens e 222 mulheres casados(as), com faixa etária entre 31 e 40 anos, funcionários(as) em diversas instituições públicas de Brasília (DF), teve como principal objetivo avaliar a satisfação no casamento de homens e mulheres que optaram por relacionamentos de “duplo trabalho” (casamento onde ambos os cônjuges trabalham fora em tempo integral). Os participantes responderam a um questionário contendo dados demográficos, além de perguntas abertas e fechadas sobre a situação de duplo trabalho.

Os resultados do referido estudo revelam uma necessidade da manutenção da família, da parentalidade, sem descartar a necessidade de adequação a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a valorização do crescimento individual e da independência financeira. Tal realidade é reconhecida pelas autoras como um desafio tanto para os casais quanto para a sociedade. Seguem algumas características da amostra: a média de horas trabalhadas pelos homens (44,48 horas semanais) foi maior do que a das mulheres (com 38,56 horas semanais). As mulheres responderam que em média seus salários equivalem a 57% da renda familiar, enquanto os homens responderam que os salários deles equivalem a 64% da renda familiar. Esses dados têm sua relevância, visto que há pouco tempo atrás não era essa a realidade existente, e sim uma faixa salarial bem menos proporcional entre homens e mulheres.

Com relação à participação nas atividades domésticas, 49,8% das mulheres indicaram a participação na maioria das tarefas, enquanto que os homens apresentaram 31,9% de participação em tais atividades. Sendo assim, além da jornada dupla de trabalho, as mulheres ainda realizam a maior parte das atividades domésticas, estando sobrecarregadas em suas funções e, com isso, reconhecendo sentimentos de insatisfação das mesmas com o trabalho.

Retomando o objetivo inicial da pesquisa citada, os resultados mostraram que tanto homens quanto mulheres estavam satisfeitos com seus casamentos e mostraram-se comprometidos com a manutenção dos mesmos no futuro, ratificando um maior engajamento com seus parceiros e com a relação. No entanto, há a insatisfação pela desigual distribuição das atividades domésticas.

Goldani (1994), em estudo realizado objetivando traçar um panorama das mudanças na estrutura dos arranjos domiciliares brasileiros na década de 90, aponta a combinação da maior longevidade da população com redução da taxa de fecundidade da mesma; evidencia o aumento da participação feminina na força de trabalho, qualquer que seja o estágio do ciclo vital a qual ela pertença; sinaliza o crescimento dos arranjos familiares monoparentais, apontando que tal realidade, naquele período, era maior em populações de baixa renda nas metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza.

A autora sinaliza a necessidade da criação de políticas públicas que atendam às demandas de alguns grupos de atores sociais por ela citados, como os idosos cuja tendência é que vivam mais do que seus antepassados e que, portanto, necessitam de atenção especial da esfera pública, e as mulheres nordestinas aqui citadas, em se tratando de políticas sociais específicas para a realidade das mesmas, vislumbrando o desenvolvimento de potencialidades e de novas oportunidades para tais grupos.

Tal estudo, apesar de corresponder à literatura da década de 90, é relevante ainda no contexto social atual, a despeito da distância de duas décadas de um para o outro. Todas as perspectivas apontadas por Goldani (1994) são hoje uma realidade: a maior participação feminina em atividades profissionais, a longevidade da população e o crescimento de famílias monoparentais. Cabe clarificar que o aumento da participação da mulher no trabalho formal, sem abandonar a esfera doméstica e familiar gera uma sobrecarga feminina, aspecto identificado em pesquisas aqui discutidas. Biasoli-Alves (2000), em estudo publicado nos anos 2000, afirmou que tais mulheres estão mais apressadas, irritadas e impacientes com seus filhos. De fato, o alto nível de exigência pessoal, sentimentos de culpa e responsabilidade diante de tantas funções acumuladas se contrapõem a sentimentos de plenitude e satisfação pessoal, refletindo a

ambivalência que norteia a vida da maioria das mulheres na sociedade contemporânea, no quesito conciliação da vida familiar e profissional.

A díade família-trabalho corresponde, hoje, a aspiração feminina de modo geral. Desse modo, essa tendência requer alguns ajustes para que possa acontecer harmonicamente. Faz-se necessária uma rede de colaboradores para que essa mulher possa trilhar a vida profissional e garanta o bem-estar dos seus filhos, assim como se fazem necessários estudos acadêmicos que abordem tais assuntos, no intuito de auxiliar essas mulheres. Percebe-se também, a necessidade de focar a atenção naquilo que se está fazendo no momento presente, para que a qualidade dessa atuação feminina passe a ser mais agradável e menos estressante.

Oliveira (2005) cita que “a presença maciça das mulheres no mercado de trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens, uma concessão”. Nesse sentido, há que ser revista a agenda pública e privada, redefinindo espaços, carga horária e atribuições. Biasoli-Alves (2000) ao informar a falta de paciência, irritação e pressa que acometem as mães participantes de estudo que investigou as continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira do século XX, mostra concordância com Oliveira (2005), informando que há algo errado na dinâmica da sociedade atual. Antigos modelos de atuação precisam ser revistos assim como questões relativas ao tempo, visto que a sobrecarga de atribuições, ao longo dos anos, gera um custo para a saúde mental e física daquele que a detém. Oliveira (2005) elenca alguns exemplos de ações de reengenharia, como na Suécia, que, a partir de 1995, promulgou uma lei que obriga todos os municípios a oferecer um lugar de acolhida para cada criança, a partir de um ano de idade, cujos pais trabalhem ou estejam em formação, e na Holanda, onde toda empresa com mais de dez empregados está obrigada a permitir o aumento ou a redução do tempo da jornada diária de trabalho dos empregados e o direito do empregado de modular seu horário de serviço sem precisar apresentar justificativa.

Tais iniciativas, se somadas, fariam uma diferença gradual na vida das pessoas em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade se constitui numa temática complexa, de difícil conceituação. Faz parte da realidade feminina, das brincadeiras de criança e da própria construção de uma identidade do gênero feminino. Além disso, ela também é construída durante o processo gestacional do bebê, momento em que a mulher assimila elementos simbólicos vinculados ao papel de mãe e que são socialmente aprendidos. Diversas autoras compartilham dessa ideia de complexidade, reconhecendo o sentimento de ambiguidade presente na concepção que a maioria das mulheres possui em relação à maternidade. A ambiguidade relatada por tais estudiosos corresponde a um profundo amor pelo filho, mas também, a um sentimento de responsabilidade e transformações físicas e psicológicas importantes (MOREIRA; NARDI, 2009; SCAVONE, 2001; KIMURA, 1997).

Fontoura (2014), conclui que a maternidade é central na vida das mulheres entrevistadas. Mesmo mais sobrecarregadas, as mães inseridas em atividades profissionais contam com uma rede de apoio nos cuidados dos filhos e apresentam satisfação pessoal, financeira e profissional proporcionada pelo trabalho. Já as mulheres que não estão inseridas em atividades profissionais,

reconhecem a importância da presença delas junto aos filhos, porém, por vezes, sentem-se sufocadas por demandas familiares e desejando um tempo para suprir suas necessidades pessoais e profissionais, aspirando uma retomada ao mercado de trabalho.

Enfim, diante do que foi constatado no presente estudo, identificou-se a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a questão da maternidade na contemporaneidade e, também, outros levantamentos que aprofundem questões relacionadas à dinâmica da mulher na sociedade atual. Essas são possibilidades relevantes para a ampliação do saber e a aquisição de nova literatura para as Ciências Humanas e para a sociedade de um modo geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. Working mothers and their multivoiced self. *Revista Colombiana de Psicologia*. Bogotá. v. 21, n. 2, p. 315-324, july-december, 2012.

ALMEIDA, V. M. P.; MOREIRA, L. V. C. Colaboradores das Famílias na Educação dos Filhos: Vantagens e Desvantagens. In: MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. (Orgs). *Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História*. Curitiba: Juruá, p. 187-203, 2011.

ARRIAGADA, I. A. La diversidad y desigualdad de las familias latinoamericanas. *Revista Latinoamericana de Estudios da Família*. Chile. v.1, p. 9-21, enero-diciembre, 2009.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 16, n. 3, p. 233-239, setembro-dezembro, 2000.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, n. esp., p. 31-38, 2003.

FONTOURA, C. S. *Família, Cuidado e Educação de Filhos: Concepções e Práticas de mães inseridas e não inseridas no mercado de trabalho- Estudo de casos múltiplos*. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador (UCSal), Salvador, 2014.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 91, novembro, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@ - Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 08 de set. 2012.

KIMURA, A. F. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. São Paulo, v. 31, n. 2, agosto, 1997.

OLIVEIRA, R. D. Reengenharia do Tempo. In: Trigésima oitava reunião da mesa diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (CEPAL). Mar Del Plata: Argentina, 2005.

MOREIRA, L. E.; NARDI, H. C. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 569-594, maio-agosto, 2009.

PALKOVITZ, R. Reconstructing "involvement": expanding conceptualizations of men's caring in contemporary families. In: Hawkins, A.; Dollahite, D. (Orgs.). *Generative Fathering: Beyond Deficit Perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 200-216, 1997.

PERLIN, G.; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 15-29, 2005.

RABINOVICH, E. P; MOREIRA, L. V. C; FRANCO, A. Papéis, comportamentos, atividades e relações entre membros da família baiana. *Revista Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 139-149, 2012.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando a executiva é uma dama: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES- CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface_ Comunic, Saúde, Educ.* v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.